

Zero satisfeita com trabalho para lince e lobo mas critica cartografia de habitats

27 de Julho, 2018

A Zero congratula-se com a reintrodução do lince, a proteção do lobo e o alargamento da Rede Natura 2000 à área marinha, mas aponta problemas na cartografia de habitats e na gestão das áreas protegidas, resume a Lusa.

Para assinalar o Dia Nacional da Conservação da Natureza, que se comemora amanhã, dia 28 de julho, a Zero – Associação Sistema Terrestre Sustentável, analisou o trabalho a ser realizado para preservar os valores naturais e elaborou uma lista com os pontos positivos e negativos.

O processo de reintrodução do lince ibérico “continua a transmitir resultados animadores”, salienta a Zero, em comunicado, justificando com o facto de já serem 41 animais em liberdade e de ter sido obtido um “aparente sucesso” na reprodução no núcleo populacional na região de Mértola.

No entanto, os ambientalistas têm dúvidas sobre a criação de condições para a instalação dos lincos noutros locais, devido aos atrasos na execução dos investimentos com apoio do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), nomeadamente relacionados com a reprodução de coelho, o principal alimento daquela espécie.

Acerca da proteção do lobo ibérico, a Zero aponta que o valor das indemnizações pagas aos produtores pecuários por danos causados no gado passou de 700 mil euros em 2014 para 313 mil euros no ano passado, tendo sido protegidas de ataques 25.294 cabeças de gado, de 2.790 explorações agrícolas, através do apoio ao cão de guarda de rebanho, com gastos de 6,8 milhões de euros.

Quanto aos ataques dos lobos, cita dados de 2015 e 2016, com 2.258 e 2.253, respetivamente, e alerta que “pouco ou nada tem sido efetuado ao nível dos repovoamentos de presas” para substituir a dependência em relação ao gado doméstico.

Aspetos negativos

Entre os aspetos negativos referidos pela associação está o “pouco esforço” na execução do projeto da cartografia de habitats naturais e dos Planos de Gestão que vão conduzir à designação das Zonas Especiais de Conservação.

Na opinião da Zero, “os curtos prazos de execução da cartografia de habitats podem comprometer seriamente” a qualidade da informação obtida no terreno e a elaboração dos Planos de Gestão quase em simultâneo com a recolha de dados “não augura nada de bom”. Recorda que Portugal tem um contencioso com a Comissão Europeia por estar com um atraso de 12 anos na elaboração daqueles

planos.

Os ambientalistas transmitem preocupação com os atrasos na execução dos projetos apoiados pelo POSEUR na área da conservação da natureza e com o “quadro geral de desatenção e desinteresse do Ministério do Ambiente para com a conservação da natureza, que se tem traduzido em indefinições e incertezas em relação ao modelo de gestão das Áreas Protegidas, hoje totalmente vulneráveis e ao abandono”.

Exemplificam com a deposição ilegal de resíduos e a destruição do património natural no Monumento Natural das Portas do Ródão, que mostram “a fraca sensibilidade da atual equipa ministerial para com as áreas classificadas”.

Também a “grande bandeira” do Ministério – o projeto-piloto de cogestão do Parque Natural do Tejo Internacional – “parece condenada ao fracasso, a avaliar pelas dificuldades em concretizar ações concretas de preservação de espécies e habitats demonstradas na proposta do Plano de Valorização do Parque Natural do Tejo Internacional” para 2018-2022, aponta a Zero.

Foram ainda considerados positivos os avanços no alargamento da Rede Natura 2000 ao meio marinho e destacada “a coragem que a atual equipa diretiva do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) demonstrou ao criticar a qualidade do trabalho de base do Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo, o qual deixa a porta aberta à mineração sem regras do mar profundo”.